



O Estado da Rede

Acompanhamento (*follow-up*) do Manifesto divulgado em julho de 2019

No passado mês de julho, a UVE – Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos, publicou o [Manifesto “O Estado da Rede”](#). Pouco mais de três meses decorridos desde a publicação foi possível reunir e ouvir a grande maioria dos intervenientes na, já grande, estrutura que é a Mobilidade Elétrica em Portugal.

Após estas consultas, temos hoje uma ideia mais clara dos problemas e queremos dar uma perspetiva de tudo aquilo que foi feito desde então, o que encontramos como dificuldades e as contribuições para as soluções.

Uma análise básica do mercado europeu permite constatar que, no mercado de eletricidade doméstica, Portugal é um dos países com a eletricidade mais cara. No entanto, atualmente, a situação da eletricidade para a Mobilidade Elétrica é exatamente a contrária, Portugal tem uma das eletricidades mais baratas da Europa. Na ótica da UVE, é importante refletir sobre os instrumentos que levaram a esta situação.

Na rede de PCR – Postos de Carregamento Rápido, assistimos nos últimos três meses à abertura de várias novas localizações, sejam postos já instalados que aguardavam abertura há longo tempo (por falta de simplificação de legislação), assim como novas instalações. O mercado parece bastante ativo e, certamente, assistiremos a um crescimento exponencial nos próximos meses.

Na rede de PCN – Postos de Carregamento Normal é que a situação continua muito deficitária, com dois problemas que já tínhamos identificado no Manifesto:

- 1) Postos antigos que não funcionam e não é possível recuperar. Tratam-se de equipamentos obsoletos, que muitas vezes são recuperados e passados poucos dias voltam a estar inoperacionais. Estes equipamentos transmitem uma imagem degradada e de inoperacionalidade da Mobilidade Elétrica em Portugal;
- 2) Postos novos, que nalguns casos até substituíram postos antigos que estavam operacionais, aguardam ligação ou funcionam intermitentemente.

A conclusão da fase piloto e entrada em fase comercial destes postos é a solução que a EGME (MOBI.E) e outros intervenientes do mercado apontam. É efetivamente muito urgente a conclusão do processo de concessão em curso, sendo que consideramos fundamental existirem as seguintes preocupações neste processo:

- 1) Obrigatoriedade de substituição dos postos obsoletos descritos no ponto 1. É fundamental que no concurso de concessão esteja claramente definido um prazo para este processo;
- 2) Uma clara política de penalizações/benefícios de acordo com o serviço prestado. Sendo fundamental uma EGME forte, que ponha em prática as regras do contrato, isto também é válido para a situação dos novos postos que funcionam de forma intermitente;
- 3) Uma abordagem mais expedita de todas as etapas necessárias à instalação, certificação e operacionalização dos postos. Neste âmbito, foi criado um canal prioritário para os processos relativos à ME nas entidades que tutelam estas etapas.





Foi-nos transmitido, e anunciado publicamente pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética, atual Ministro do Ambiente e da Ação Climática, que o concurso da concessão dos PCN, em espaço público de acesso público (a via pública) está já numa fase adiantada e deve estar concluído até final do corrente ano. A uniformidade e dispersão dos postos pelo território nacional deve ser uma preocupação da EGME, e consequentemente da tutela, pelo que acompanharemos a situação nos próximos meses.

É urgente a criação de uma aplicação que permita a ativação dos postos da rede via telemóvel, que fiavelmente confirme o estado de operacionalidade destes e permita o pagamento imediato (pagamento *ad hoc*).

Foi possível apurar que tecnologicamente existem duas possibilidades de o fazer, uma que permitiria, praticamente, a aplicação imediata, mas envolve um nível reduzido de segurança de informação que os agentes do mercado – corretamente na nossa opinião –, não estão dispostos a aceitar. A segunda opção, que foi a escolhida pela EGME e já na fase final de desenvolvimento, permite um nível de segurança muito mais avançado. Infelizmente é um processo que tem sofrido vários atrasos.

Em conjunto com o CEiiA, a UVE está a participar num Grupo de Trabalho com vista a propor uma série de soluções rápidas para estes problemas.

Uma situação global que invariavelmente nos foi apresentada como “a verdadeira razão” é que o negócio é curto. Somos ainda poucos, com baixa rotatividade de carregamentos na rede pública e poucos postos de carregamento se pagam a si próprios. É um negócio de alto risco, com perspetivas de enorme crescimento, que são acompanhadas, com igual dimensão, no lado da evolução tecnológica.

O investimento do Estado, que existe, deve cobrir parte deste risco, sendo a Mobilidade Elétrica uma opção e solução assumida pelo Governo.

Este documento não pretende ser exaustivo ao ponto de detalhar todas as reuniões e contactos dos últimos três meses.

No âmbito do Grupo de Trabalho CEiiA/UVE que foi acima referido, brevemente teremos outras conclusões e propostas para uma evolução saudável do modelo da Mobilidade Elétrica em Portugal.

Nesta altura é preciso recordar que a UVE é uma associação de utilizadores sem fins lucrativos, onde cerca de duas dezenas de voluntários disponibilizam o seu tempo livre (e dias de férias) à divulgação da Mobilidade Elétrica – principal objetivo da Associação. Interferir a montante na ação comercial e industrial não deveria ser a nossa função. Urge também aqui ajustar o setor. É, no entanto, um enorme orgulho e satisfação ver a credibilidade e o reconhecimento que têm sido atribuídos à UVE.

Lisboa, 30 de outubro de 2019

